

Câmara dos Deputados Deputado Federal Zé Vitor- PL/MG

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO REQUERIMENTO Nº , DE 2025

(Do Sr. ZÉ VITOR)

Requer a realização de Audiência Pública para debater as taxas cartorárias do Brasil, bem como a criação da padronização da taxa no âmbito nacional.

Senhor Presidente:

Requeiro a Vossa Excelência, com fundamento no art. 255, do RICD, a realização de Audiência Pública para debater as taxas cartorárias do Brasil, bem como a criação da padronização da taxa no âmbito nacional.

Na oportunidade, sugerimos que sejam convidados:

- Representante do Ministério do Planejamento e Orçamento;
- Representante da Secretaria de Estado de Governo de Minas Gerais;
- Representante do Ministério Público do Estado de Minas Gerais;
- Representante da Defensoria Pública de Minas Gerais;
- Representante da Associação dos Notários e Registradores do Estado de Minas Gerais;
- Representante do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais.

JUSTIFICAÇÃO







Câmara dos Deputados Deputado Federal Zé Vitor- PL/MG

2

O anúncio e a efetivação dos aumentos nas taxas cartorárias no estado de Minas Gerais trouxeram à tona uma preocupação latente para cidadãos e empresas, o impacto direto dos custos da burocracia no dia a dia do mineiro. Longe de serem meros ajustes, esses reajustes representam um ônus adicional que se reflete em diversos setores da sociedade, gerando entraves econômicos e sociais.

Com isso, acendeu um alerta para que o parlamento se debruçasse ao tema para que casos como o que aconteceu no estado de Minas Gerais não aconteçam pelo restante do país.

Podemos ver a seguir que os mineiros estão enfrentando um aumento extremamente alto nas taxas cartorárias, conforme uma matéria publicada no sítio do portal Metrópoles:

O governador Romeu Zema (Novo) autorizou os cartórios de Minas a reajustarem em 266% as taxas cobradas para registro de imóveis.

É o maior valor cobrado em todo o país, o que irá aumentar substancialmente o lucro dos cartórios no estado. No último semestre, antes do reajuste, cartórios de registros de imóveis em Minas arrecadaram R\$ 1,36 bilhão, segundo dados do CNJ (Conselho Nacional de Justiça).

O reajuste foi proposto pelo Tribunal de Justiça de Minas e aprovado pela Assembleia Legislativa. O governador poderia vetar a iniciativa, mas sancionou o texto.

Zema busca se consolidar como alternativa da direita para as eleições presidenciais de 2026 em contraponto à reeleição de Lula (PT).

A medida foi duramente criticada por incorporadores locais, que questionaram o fato de um governo liberal não vetar o reajuste que atinge fortemente o mercado imobiliário.

Parte da verba arrecadada com a alta das tarifas vai irrigar órgãos públicos locais, como o Ministério Público estadual, a Defensoria Pública e a Advocacia-Geral do Estado (AGE), que representa o governo de Minas na Justiça.

O valor cobrado para escrituras que vão de R\$ 1,4 mil a R\$ 3,2 milhões foi aumentado igualmente em 266%.

Em um imóvel de R\$ 250 mil do Minha Casa, Minha Vida, as taxas de cartório antes somavam cerca de R\$ 2 mil. Agora, o





3



Câmara dos Deputados Deputado Federal Zé Vitor- PL/MG

valor subiu para R\$ 6,6 mil, segundo estimativa do site Metro Quadrado.

A arrecadação que resultar do aumento nessa faixa superior, acima de R\$ 3,2 milhões, será dividida com órgãos do sistema de Justiça do Estado. Vinte e cinco por cento do arrecadado nessa faixa será dividido entre o Ministério Público estadual, a Defensoria Pública e a Advocacia-Geral.

Para tentar reverter o reajuste, o Sindicato da Construção Civil (Sinduscon) de Minas Gerais ingressou com uma ação no Conselho Nacional de Justiça (CNJ). O caso é relatado pelo conselheiro José Edivaldo Rocha Rotondano. Nesta segundafeira (2), ele deu prazo de cinco dias para o TJ-MG se manifestar sobre o assunto.

Um dos problemas mais evidentes é o encarecimento de transações imobiliárias e comerciais. A aquisição de imóveis, financiamentos, registros de contratos e alterações societárias dependem diretamente dos serviços cartorários. Com taxas mais elevadas, o custo total dessas operações cresce, impactando diretamente o bolso do cidadão que sonha com a casa própria, do pequeno empreendedor que busca formalizar seu negócio, e até mesmo de grandes empresas em suas expansões. Isso pode desestimular investimentos, frear o dinamismo do mercado e, em última instância, desacelerar o desenvolvimento econômico do estado.

Desta forma, peço o apoio dos nobres Deputados para a aprovação deste Requerimento que visa debater esse assunto urgente.

Sala da Comissão, em de de 2025.

Deputado ZÉ VITOR





Apresentação: 30/06/2025 13:54:32.033 - CFT REQ n.51/2025

https://www.metropoles.com/colunas/andreza-matais/zema-autoriza-cartorio-cobrar-266-a-mais-por-registro-de-imoveis



